



Balanço da greve
nacional dos petroleiros

Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências:
**a greve dos petroleiros
de 1995 e a de 2020**



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DO TRABALHO PRECÁRIO

Índice

Apresentação	3
Balanço greve dos petroleiros	7
Publicações	19
Acabar com a política de privatização de Bolsonaro - <i>4 de fevereiro de 2020</i>	19
Fortalecer a greve dos petroleiros - Enfrentar os ataques do governo Bolsonaro - <i>9 de fevereiro de 2020</i>	22
<i>Declaração do Partido Operário Revolucionário - Direção da FUP capitula - 21 de fevereiro de 2020</i>	26
<i>Carta Aberta do Partido Operário Revolucionário - Aos sindicatos, centrais, movimentos e correntes identificadas com os explorados - 17 de fevereiro de 2020</i>	30
Boletim Nossa Classe	33
Apêndice: Greve dos petroleiros de 1995	42

Apresentação

Em junho de 1995, o Partido Operário Revolucionário (POR) fez um balanço crítico da greve dos petroleiros, desencadeada no início de maio, e encerrada nos primeiros dias de junho. Foram 32 dias de enfrentamento com o governo de Fernando Henrique Cardoso, PSDB.

No jornal *Massas*, nº 89, segunda quinzena de junho, publicamos o artigo “A heroica greve dos petroleiros” e, na *Revista Socialismo Científico*, nº7, janeiro de 2002, reproduzimos o balanço “Greve dos Petroleiros: resistência operária à implantação do Plano Real”, escrito em junho de 1995. Decidimos, agora, incluir, neste folheto, o balanço da greve de maio de 1995.

As semelhanças quanto à política de traição da direção da FUP, da CUT e do PT são visíveis. Depois da combativa greve de 1995 ser desmontada por decisão da burocracia sindical, sob a orientação de Lula, Vicentinho e Spis, os petroleiros entraram em refluxo, e somente vieram a se manifestar nacionalmente sob o governo de Bolsonaro, cuja política econômica e a diretriz privatizante seguem as bases pró-imperialistas, assentadas no governo de Fernando Henrique.

Nesse espaço de 25 anos, a Petrobrás perdeu o monopólio, e foi gradativamente privatizada. Houve manifestações

isoladas dos sindicatos. A FUP, no entanto, não foi capaz e não teve interesse de organizar uma greve nacional, como a que acaba de ocorrer.

O enorme bloqueio que se estabeleceu depois de 1995 facilitou aos governos darem passos no programa de privatização, formulado como parte do Plano Real. Lula e Dilma se acomodaram às pressões da fração burguesa entreguista, do capital financeiro e das petroleiras. A descoberta do Pré-sal, em 2007, abriu condições econômicas e políticas para o governo do PT rever a quebra do monopólio da Petrobrás e a desnacionalização dos recursos petrolíferos. Lula fez propaganda demagógica sobre o patrimônio nacional, sem, contudo, romper com o plano de privatização de Fernando Henrique. O governo Dilma retomou, em 2013, os leilões de concessão na forma de partilha. Temer deu continuidade, impulsionando ainda mais o entreguismo, e enfraquecendo a Petrobrás. Bolsonaro vem fragmentando a Petrobrás e avançando a sua privatização.

Os petroleiros, por sua vez, foram sendo golpeados, com mudanças contratuais, rebaixamento dos salários e perdas de direitos. A implantação da terceirização descaracterizou antigas relações de trabalho, e favoreceu os objetivos privatizantes dos governos. O vínculo entre aumento da exploração do trabalho e a desestatização da Petrobrás se tornou cada vez mais visível. No entanto, o refluxo imposto durante longos anos e a política de colaboração de classes da FUP impediram que esse vínculo fosse esclarecido e servisse para organizar a luta contra a terceirização e as alterações contratuais, como parte da luta contra a privatização e a desnacionalização. Observa-se que não se tratava apenas de responder à diretoria da Petrobrás, mas também aos governos que impulsionavam a quebra do monopólio e a desnacionalização do petróleo.

A retomada da luta nacional, com a greve de fevereiro, refletiu os mesmos problemas de 1995, com a diferença de estarem mais agravados. Repetiu-se a capitulação da FUP. A diferença também nesse caso deve ser assinalada. A

greve se iniciou tendo como limite não interromper a produção e não afetar a distribuição. Distintamente da greve de 1995, evitou-se a ocupação das unidades do complexo Petrobrás. Sob a bandeira do legalismo, a direção orientou os grevistas a não radicalizarem o método da ação direta. Desconsiderou a utilização dos terceirizados pela empresa para sabotar a paralisação. Essas e outras travas diferenciaram as duas grandes greves dos petroleiros.

Este folheto está voltado ao balanço da greve de fevereiro. A inclusão do balanço da greve de 1995 ajuda a entender o significado da capitulação da FUP, responsável pela derrota do movimento.

Nesta apresentação, não nos referimos à FNP, devido ao seu seguidismo, o que está expresso no corpo do balanço.

A tarefa de constituir uma direção revolucionária nos sindicatos dos petroleiros será posta em marcha, no momento em que o POR penetrar com seu programa no proletariado e potenciar a sua construção. Não há dúvida de que a experiência das duas greves auxiliará a vanguarda a reconhecer os reformistas traidores e o caminho do classismo proletário. Esse é o principal objetivo do folheto dedicado à greve dos petroleiros. Cabe ainda dizer que o POR realizou uma intensa campanha de apoio à greve, por meio do Boletim Nossa e da divulgação de Manifestos, sem deixar de combater as manobras da burocracia sindical.

Pelo CC, Atilio de Castro - 24 de fevereiro de 2020

Balanço da capitulação

Direção da greve

A vitória ou derrota de uma greve depende da disposição de luta dos grevistas. No entanto, a direção ocupa um lugar fundamental, em ambos os casos. É responsável por desenvolver a linha política, manejar a tática, trabalhar pela organização, avaliar a correlação de forças a cada momento, impulsionar as tendências de radicalização dos grevistas, calibrar a relação entre as massas e sua vanguarda, evitar aventuras, vigiar pela unidade, responder aos ataques dos capitalistas, antecipar os passos dos inimigos, reagir prontamente às manobras políticas, judiciais e policiais, etc.

Não por acaso, o marxismo considera a greve como um embrião de guerra civil. A burguesia conta com o Estado, o aparato de comunicação e instrumentos ideológicos, como partidos, igrejas, associações patronais, mascaradas de sociedade civil, etc. A convergência de todos esses meios é canalizada para a repressão, que, por sua vez, combina ações judiciais, trabalhistas e policiais.

A greve deve estar preparada para responder às pressões político-ideológicas e aos ataques diretos. A respon-

sabilidade pela preparação e pelas respostas táticas cabe à direção. A greve é a melhor medida para se conhecer a altura, capacidade e firmeza da direção. É quando se torna visível a política que ela sustenta no dia-a-dia. É quando a política classista, revolucionária, e a colaboracionista, contrarrevolucionária, comparecem contrapostas.

Infelizmente, estamos obrigados a fazer um balanço da capitulação da direção da FUP, e a inconsequência da direção da FNP. A capitulação – denunciada na declaração do POR “Direção da FUP capitula”, de 21 de fevereiro – é responsável pela derrota da greve nacional dos petroleiros. Somente indo às suas raízes, a capitulação e a derrota servirão positivamente aos novos embates que virão.

Ponto de partida da capitulação

A direção da FUP não organizou a greve para derrotar o governo, os capitalistas que controlam a Petrobrás e as forças da burguesia de conjunto. Recorreu à greve para “negociar” as demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) do Paraná, em consequência de seu fechamento, e alguns pontos do Acordo Coletivo de Trabalho (mudança na forma de funcionamento dos turnos, etc.).

Assim, a FUP mostrou ao governo e aos patrões que faria uma greve seguindo a legalidade. A paralisação aconteceria, segundo a direção dos petroleiros, em decorrência da ilegalidade praticada pela Petrobrás. Ou seja, ilegalidade em relação ao fechamento da Fafen, e às demissões que estavam sendo realizadas unilateralmente à margem do sindicato. O que se exigia, portanto, era negociar. O mesmo se passava com a mudança de turno. Como se vê, a greve se limitaria a ser um instrumento de pressão sobre a Petrobrás e a Justiça, para que os sindicatos e a FUP fossem ouvidos e participassem, chegando a um acordo.

A decisão de não parar toda a produção e garantir o abastecimento foi o sinal de que a paralisação ocorreria de acordo com a Lei de Greve vigente. A FUP prometeu à administração da Petrobrás e ao governo que não organizaria

piquetes. Tratava-se de uma greve de convencimento pacífico dos petroleiros. E de convencimento da Justiça de que a FUP queria apenas que a Petrobrás não desconhecesse a representação sindical, e negociasse um acordo.

Essa diretriz indicou, ao governo e à Petrobrás, que tinham pela frente uma direção tímida, débil e propensa a capitular.

Inflexibilidade de Bolsonaro/Guedes

As alterações nas relações de trabalho, no padrão salarial e nos direitos correspondem à determinação do governo em privatizar a Petrobrás e desnacionalizar as reservas naturais de petróleo e gás. A linha geral traçada pelo ministro Paulo Guedes é a de desestatizar tudo o que estiver ao seu alcance.

O sistema de energia do Brasil desperta enorme interesse no capital financeiro e nas multinacionais. A aquisição desse patrimônio a preço baixo é um bom negócio para o capital acumulado, e que não tem como ser aplicado na abertura de novas fábricas. É bem conhecida a estagnação da economia interna do País, que perdura há décadas.

A crise de superprodução mundial contribui para agravar a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, assentadas no monopólio. Os patrimônios nacionais dos países semicoloniais se tornam imprescindíveis ao capital parasitário e aos interesses gerais do imperialismo. É dessa base econômica e política que parte a decisão do presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, de passar por cima do Acordo Coletivo e liquidar a Fafen.

Estava claro que a greve iria se chocar, não só com o processo de privatização da Petrobrás, mas também com o programa geral de desnacionalização do governo pró-imperialista. Mas, o alto grau de inflexibilidade se deveu à enorme flexibilidade da posição da direção da FUP. Em outras palavras, se deveu à adaptação da burocracia sindical à inflexibilidade dos entreguistas.

Condições políticas favoráveis aos petroleiros

Os explorados estão se dando conta das consequências da reforma trabalhista, da Previdência e da terceirização. O desemprego e subemprego continuam altos. O reajuste do salário mínimo mantém milhões passando necessidades. Diminuiu-se o valor assistencial do Bolsa Família. A matança de jovens expõe a que ponto chegou a barbárie social. A economia continua estagnada. Não há previsão de superação para os próximos anos. Vem-se esgotando o arsenal das contrarreformas. E os resultados têm sido catastróficos.

As ilusões eleitorais das massas no governo Bolsonaro estão dissipando-se. A crise política não foi resolvida, e tende a se agravar. A militarização da política não tem fortalecido o governo. Está sendo identificada pela população sofrida como incapacidade do governo de reverter a desagregação econômica do País, e trazer de volta os empregos.

Não tem sido difícil demonstrar que somente os banqueiros e grandes capitalistas da indústria, do agronegócio, da extração e do comércio estão sendo protegidos pelas contrarreformas de Temer/Bolsonaro. As greves gerais de abril de 2017 e de junho de 2019 indicaram que há disposição das massas de resistirem aos ataques.

Não se deve perder de vista a importância das manifestações na América Latina. Os governos burgueses não conseguem se estabilizar. É o que se passa também no Brasil.

A greve nacional dos petroleiros, como se constata, teve a seu favor a crise política e o descontentamento generalizado da maioria oprimida. Esse fator é de grande importância na luta de classes. No entanto, a direção da FUP não aproveitou as condições políticas favoráveis para potencializar a greve.

Reação do Judiciário

A direção da Petrobrás acionou o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Imediatamente, Ives Gandra Martins Filho, determinou que 90% dos petroleiros deveriam manter a produção. O que, naturalmente, não poderia ser atendido pela FUP. Diante do descumprimento, decretam-se as milionárias multas e o bloqueio das contas dos sindicatos. A Petrobrás estava autorizada a manter a produção, utilizando-se de contratações temporárias.

A FUP estimou que, no oitavo dia, o movimento havia atingido 88 unidades do Sistema Petrobrás, estendendo-se a 13 estados, abarcando 20 mil grevistas. O movimento, iniciado no dia primeiro de fevereiro, prosseguiu. O plenário do TST determinou, no décimo sétimo dia, que a greve era ilegal e abusiva. Pairaram as ameaças de demissões por justa causa.

O presidente da Petrobrás declarou que não havia perigo de desabastecimento. Ou seja, as restrições logo teriam resultado a favor da empresa.

No décimo oitavo dia, o TRT julga o processo sobre o fechamento da Fafen e suspende as demissões até 6 de março. Dois dias depois, a FUP e o conselho dos sindicatos decidem suspender a greve. Essa foi a condição exigida por Ives Gandra para convocar uma mesa de conciliação. No dia 21, sob o comando do ministro carrasco da greve, chegou-se a um acordo que serviu de justificativa para a FUP pôr fim à luta dos petroleiros.

Esse percurso evidencia passo a passo como a direção sindical assimilou as pressões e os ataques do governo, da Justiça e do comando da Petrobrás.

Potencialidade da greve

No momento em que a FUP decidiu encerrar o movimento, ainda havia mais de vinte mil petroleiros paralisados. As 11 refinarias, 17 terminais, 7 campos terrestres, 5 termelétricas, 3 unidades de processamento de gás (UTGs), 1

usina de biocombustível, 1 fábrica de lubrificantes, 1 usina de processamento de xisto, 1 complexo petroquímico e 3 bases administrativas, que se encontravam no oitavo dia afetados pela paralisação, se mantinham firmes, e ainda contavam com a adesão de plataformas do Pré-sal.

A potencialidade poderia aumentar, caso a direção organizasse os grevistas para bloquear a entrada dos terceirizados e substitutos contratados. Os terceirizados foram importantes para a diretoria da Petrobrás combater a greve. Os meios de comunicação somente quebraram o silêncio, quando a FUP se mostrou propensa a aceitar as condições ditadas pela ditadura do judiciário. Não há dúvida de que a passividade do movimento permitiu que os monopólios da comunicação ocultassem da população a greve nacional.

As possibilidades de mobilização de rua não foram aproveitadas. Tardamente, a CUT fez um gesto de apoio ultralimitado. As centrais e demais sindicatos pouco ou nada fizeram para quebrar o isolamento da greve. A passividade geral das direções burocráticas refletiu a própria orientação legalista da FUP.

A Fafen poderia ter sido ocupada, o que demonstraria disposição de constituir uma mobilização mais ampla, em sua defesa contra o fechamento e as demissões. A decisão de não levar a greve a afetar a produção e o abastecimento jogou água no moinho do governo e do presidente da Petrobrás. Mais alguns dias, e o problema passaria para as mãos de Bolsonaro e de Castello Branco. Mantida a paralisação firme, organizados os piquetes, e lançado o movimento para as ruas, a situação se inverteria em favor da greve. No entanto, a direção, não apenas se indispôs a utilizar a potencialidade da luta grevista, como também passou a impor limites.

Capitulação

Depois da negociata que levou o TRT do Paraná a suspender as demissões da Fafen, Ives Gandra acenou que

estava disposto a instituir uma mesa de conciliação, desde que a FUP suspendesse a greve. Certamente, o carrasco dos petroleiros avaliou a fraqueza da direção. Uma vez que o TST havia decretado a ilegalidade da greve, não realizaria a “negociação” com os trabalhadores parados. Mas, essa imposição se deveu ao fato da FUP ter assinalado sua disposição de acabar com o movimento, depois do resultado da reunião do TRT.

A desembargadora Rosalie Michaela decidiu pela suspensão das demissões até 6 de março, contando com a disposição da FUP de se sujeitar a uma saída dada pelo próprio carrasco da greve. Aproveitando o desespero dos burocratas, deputados e senadores fizeram seu papel de políticos da burguesia, mascarados de benfeitores dos operários. A FUP anunciou, no décimo dia da greve, que os sindicatos de petroleiros e a CUT fariam uma “brigada”, que visitaria os gabinetes de deputados e senadores, para obter uma “interlocução com a direção da Petrobrás e o governo, visando à suspensão das demissões em massa na Fafen-PR, bem como das medidas arbitrárias que violam os fóruns de negociação previstos no Acordo Coletivo.

No décimo oitavo dia, transpareceu o jogo montado por cima da greve, com a audiência da 9ª Região do TRT e a decisão de Rosalie Michaela. No vigésimo dia, a FUP aceitou a condição de Ives Gandra.

Não se pode qualificar essa conduta miserável da direção dos petroleiros senão de capitulação.

Moedas de troca

A negociação, para a burocracia sindical, não é uma imposição da greve ao capitalista, mas a aceitação da imposição do capitalista à greve. Ives Gandra não teve dificuldades de conseguir essa ordem dos fatos.

O carrasco da greve havia colocado a corda no pescoço da burocracia, decretando a multa, que chegou a R\$ 58 milhões, e bloqueou as contas dos sindicatos. No acordo de suspensão da greve, o carrasco baixou o valor para R\$

2,5 milhões. Os dias parados serão divididos em duas partes: parte será perda para os grevistas e parte será compensada. A Fafen dependerá das negociações no TRT do Paraná. Gandra declarou que as demissões serão efetuadas, podendo um ou outro trabalhador ser remanejado, e acertadas as indenizações. As advertências serão retiradas. Serão negociados a nova tabela de turno e o interstício (intervalo), e as férias, mantidas.

Eis a bondade do carrasco da greve, agarrada com alívio pelos burocratas. A FUP aceitou suspender a greve, sem que fosse decisão das assembleias. Foi para a negociação como derrotada. Sujeitou-se à “mediação” do carrasco da greve. Engoliu a seco as migalhas. E depois os burocratas de cada sindicato “convenceram” os grevistas de que foi a vitória possível. Isso, quando a greve estava forte e ameaçava afetar o abastecimento. E no momento em que o isolamento começava a ser vencido. Os professores de Minas entravam em greve e havia movimentação em outras camadas de trabalhadores.

Da capitulação, o mais grave foi usar a Fafen para obter um gesto intermediador do carrasco da greve. A burocracia sindical, há muito, abandonou a luta contra as demissões em massa e o desemprego. O exemplo da traição do sindicato do ABC aos operários da Ford se repete com a Fafen. A diferença, nesse caso, está em que os burocratas a usaram como moeda de troca para obter do carrasco da greve o fim do movimento.

Esteve colocada a luta anti-imperialista

Ives Gandra acusou a greve de ser política. Daí seu caráter ilegal e abusivo. Sabemos que, para a burguesia e sua justiça, qualquer greve é política. Têm motivo para assim qualificar a revolta da classe operária e demais trabalhadores contra a exploração capitalista. O certo, no entanto, é que a greve assume o conteúdo e forma de greve política, quando os explorados superam a luta puramente economicista e corporativa. Lançam-se contra a burgue-

sia, seu governo e seu Estado. A greve geral é a expressão mais alta de greve política.

Ao contrário do que afirma Gandra, a FUP manteve a greve nacional dos petroleiros na bitola do corporativismo. O problema estava em que era visível a ligação do fechamento da Fafen e a violação do Acordo Coletivo com a privatização da Petrobrás e a desnacionalização do petróleo, bem como com a aplicação da Reforma Trabalhista. Em palavras, a FUP levantou a bandeira nacionalista do “Petróleo é nosso” e “soberania do Brasil”. Assim, expôs o vínculo da luta econômica com a política. Não passou, porém, de efeito propagandístico.

A direção da greve não preparou os petroleiros para enfrentar o desmonte da Petrobrás e a privatização. Tarefa essa que não poderia ser assumida apenas pelos petroleiros. Mas que poderia ter sido colocada pela greve nacional dos petroleiros à classe operária, e à maioria oprimida como um todo. A bandeira de “fim de toda privatização e reestatização sem indenização” seria, e é, a reposta concreta.

Ocorre que o PT e seu braço sindical não são contra as privatizações e não são a favor da estatização integral do petróleo, etc. A burocracia sindical reformista e direitista tem em comum a adaptação às pressões do capital financeiro e do imperialismo. Não se dispõe a travar a luta anti-imperialista, embora faça demagogia com a bandeira da soberania nacional. De fato, os reformistas se erguem como obstáculo à constituição da frente única anti-imperialista.

A greve dos petroleiros trouxe à tona o principal motivo do governo e da direção da Petrobrás de fechar a Fafen e desconhecer o Contrato Coletivo, que é a privatização. A capitulação da FUP e a derrota do movimento servirão à política antinacional e antipopular de Bolsonaro. É contra essa consequência que a vanguarda deve fazer um balanço rigoroso da condução da greve pela burocracia reformista.

Varrer dos sindicatos a burocracia colaboracionista

As derrotas causadas por capitulação e traição da direção são as que mais calam fundo no seio da classe operária. As derrotas por insuficiência de força do movimento ensinam a conhecer melhor o inimigo, a reconhecer as suas próprias debilidades organizativas, e a usar com mais propriedade a capacidade coletiva.

A capitulação e traição provocam sensação de impotência. O que pode dificultar uma nova arremetida contra os ataques patronais. Está aí por que é fundamental que o destacamento com consciência de classe dos petroleiros demonstre a capitulação da direção, e se coloque por varrer dos sindicatos a política de conciliação de classes.

Combater a Lei de greve

O sindicalismo burocrático se adaptou à Lei antigreve. Sob a ditadura militar, e principalmente no seu fim, o sindicalismo que despontou tinha como uma de suas principais bandeiras democráticas o fim da legislação antigreve, direito de greve, manifestação e organização. Sob a democracia burguesa, a burocracia acomodou-se com a restrição ao direito de greve, expressa na Lei 7.783/1989.

As pesadas multas e bloqueios das contas dos sindicatos se tornaram naturais. A justiça e a burocracia usam esse expediente para suspender a greve. É o que acaba de ocorrer com a greve dos petroleiros.

A burguesia e seu Estado têm em suas mãos as finanças dos sindicatos e das centrais. Essa é uma das características fundamentais da estatização das organizações sindicais. Sob os governos do PT, a estatização se completou. Ou seja, alcançou o seu grau máximo, no marco da democracia burguesa. A estatização tem por base a burocratização, a quase eliminação da democracia operária, e a perda da independência financeira dos sindicatos.

A direção burocrática tornou os sindicatos, em grande medida, em corporações, que se assemelham a empresas.

No período de vigência do imposto sindical, os grandes sindicatos montaram uma estrutura forjada no assistencialismo. Criou-se um corpo de funcionários e de assessores. A direção passou a viver dos sindicatos como donos de empreendimentos. Os fartos recursos financeiros, provenientes do imposto sindical, alicerçaram partidos, como o PT, Solidariedade, etc., e incentivaram o carreirismo parlamentar dos burocratas. Potenciou-se, assim, a política de conciliação de classes.

A burocratização e a estatização enfraqueceram os sindicatos, como instrumentos de expressão dos instintos de revolta da classe operária e demais oprimidos. A capitulação da FUP e o seguidismo da FNP refletiram esse estado avançado de burocratização e estatização.

As multas milionárias e a intervenção da justiça nas contas bancárias dos sindicatos puseram à luz do dia a necessidade de desenvolver em todo o movimento as bandeiras de “Abaixo a Lei de Greve!” “Pelo direito irrestrito de greve, manifestação e organização!” Essas bandeiras democráticas se chocam não só com a burguesia e seu Estado, mas também com a própria burocracia colaboracionista e adaptada à democracia burguesa.

Superar o divisionismo FUP e FNP

Centramos o balanço na direção da FUP, porque a FNP esteve à margem. A greve, no entanto, expôs o absurdo do divisionismo. A FNP entrou na paralisação arrastada pela FUP. E teve de seguir a suspensão decretada pela FUP. O seguidismo impossibilitou à FNP combater a linha legalista e a capitulação da FUP. Nota-se a posição cômoda da direção da FNP.

O absurdo do divisionismo chegou ao ponto de a FUP se negar a constituir um comando unificado. O Coletivo Petroleiros Socialistas, vinculado à CSP-Conlutas e ao PSTU, pôde assistir ao naufrágio da greve e, no final, ainda pleitear a sua continuidade, livrando-se da responsabilidade da capitulação da FUP.

A existência de duas federações se deve à disputa aparelhista entre PT, PCdoB, PSOL e PSTU. Esses partidos também estão na base da divisão da CUT e formação da CTB (PCdoB), CSP-Conlutas (PSTU, parte do PSOL) e Intersindical – também dividida – (PSOL, PCB).

O divisionismo burocrático enfraquece o movimento sindical. A FUP responde à CUT, e a FNP sofre com a disputa entre CSP-Conlutas-PSTU e Intersindical-PSOL. A greve nacional dos petroleiros exigia absoluta unidade organizativa e completa democracia sindical. Nenhuma dessas condições estiveram presentes. O que facilitou e permitiu a capitulação da direção da FUP, e o enterro da greve.

A vanguarda classista tem o dever de concluir pela necessidade de acabar com o divisionismo burocrático, constituindo uma direção revolucionária, que, como tal, encarne a luta pela unidade organizativa da classe operária, em contraposição à unidade da burguesia.

Publicações

Greve nacional dos Petroleiros

Acabar com a política de privatização de Bolsonaro

4 de fevereiro de 2020

A greve iniciada no dia 1o de fevereiro saiu em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR). Indica que a ofensiva privatizante e entreguista de Bolsonaro-Guedes-Castello Branco se agudiza. O plano de venda em partes da Petrobrás, fechamento de fábricas e leilões do pré-sal está sendo posto em prática pelo governo antinacional e antipopular.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, a burguesia e o imperialismo vem conseguindo, gradativamente, impor a privatização e a desnacionalização dos recursos petrolíferos e da Petrobrás. Os monopólios e o capital financeiro necessitam apropriar-se desse ramo estratégico para a economia mundial. Os interesses do imperialismo são tão cruciais que os Estados Unidos tornaram o Oriente Médio em arena de guerra permanente. E mantêm um brutal cerco econômico e político em torno da Venezuela.

A burguesia brasileira e seu governo cedem ao imperialismo sem resistência. Nem mesmo o governo do PT, que havia se erguido empunhando a bandeira da soberania nacional, foi capaz de resistir.

Ninguém desconhece que as fontes de energia e a indústria que as transforma são estratégicas para as potências, tendo à frente o imperialismo norte-americano. Uma das condições da real soberania está em nacionalizar ou manter nacionalizadas essas fontes, sua industrialização e distribuição.

O nacionalismo burguês chegou a dar um passo nesse sentido com a criação da Petrobrás, mas não foi capaz de ir adiante. Não teve como sustentar a nacionalização do petróleo, dando lugar a uma reversão, que coube aos governos democratizantes pós-ditadura militar iniciá-la com o plano de Fernando Henrique Cardoso de romper o monopólio da Petrobrás sobre os recursos petrolíferos e a industrialização.

É importante lembrar a greve dos petroleiros de 1995, iniciada em 3 de maio e suspensa pela FUP em 2 de junho. Na ocasião, Lula se projetava como candidato do PT, e influenciou para que a direção da FUP pusesse fim ao movimento. A greve petroleira de 1995 foi um marco da luta contra as privatizações e desnacionalizações. Por isso, incorporou os trabalhadores eletricitários, da telefonia e correios.

O sistema nacional de telefonia foi inteiramente entregue aos monopólios privados, a Eletrobrás está na lista das privatizações do atual governo, bem como os correios. É importante ter claro que a greve dos petroleiros contra as medidas de Bolsonaro-Guedes- Castello Branco está amparada na histórica resistência dos anos noventa.

O processo de privatização e desnacionalização se encontra em um estágio muito avançado. O que indica que as direções sindicais, a maior parte delas vinculada ao PT e aliados, como o PCdoB, têm grande responsabilidade, por se acomodarem aos governos desnacionalizantes.

A pressão dos acontecimentos exigiu que a FUP convocasse a greve, sendo seguida pela FNP. O movimento está diante de um governo francamente pró-imperialista, disposto a ir às últimas consequências para consagrar seu plano de privatização. Está colocada para as duas federações e para as centrais sindicais uma ação mais ampla, que não se restrinja aos petroleiros. Como em 1995, também os eletricitários e os correios estão com a corda no pescoço. Já no início da greve, está colocado um chamado aos eletricitários e correios a fortalecerem a greve.

A ampliação do movimento se refletirá em toda a classe operária, que está farta das reformas trabalhista e da Previdência. Os sindicatos metalúrgicos devem convocar as assembleias, tendo por objetivo se levantar contra o desemprego, as demissões e a implantação das contrarreformas de Temer-Bolsonaro. Se os metalúrgicos se mobilizarem, abrirá caminho para os demais sindicatos.

A privatização da Petrobrás é um problema de todos os trabalhadores. Os sindicatos e movimentos têm o dever de iniciar imediatamente uma campanha de apoio ativo. O mais forte e consistente apoio é aquele que também levanta as reivindicações gerais dos explorados.

Derrotar a ofensiva de Bolsonaro-Guedes- Casttelo, significa acabar com o governo pró-imperialista.

Os petroleiros iniciam um combate duro pela sobrevivência de suas fontes de trabalho e pela defesa da economia nacional. O fechamento da Fafen-PR resultará em mil postos de trabalho fechados. É necessário também lembrar do recente fechamento da planta da Ford em São Bernardo do Campo. A burocracia sindical se negou a ocupar a fábrica e a mobilizar o conjunto dos metalúrgico. Essa traição custou muito caro ao movimento operário como um todo.

Neste momento, os petroleiros reagem ao fechamento da Fafen-PR e à quebra do acordo trabalhista. Está claro que a precarização das condições de trabalho é parte das contrarreformas de Temer-Bolsonaro.

A FUP e FNP não podem se manter separadas. A luta exige uma frente única de combate. Que estabeleçam, então, um plano de mobilização nacional, baseada em assembleias e comitês de base. Que façam um chamado conjunto a todos os sindicatos e movimentos para que apoiem ativamente a greve dos petroleiros. É preciso ganhar as ruas. Assim, a greve se fortalecerá.

As bandeiras de fim das privatizações e reestatização sem indenização, sem dúvida, podem dar um norte geral no enfrentamento com o governo entreguista. A unificação dos explorados em torno à greve dos petroleiros é condição para recuperar os postos de trabalho da Fafen-PR, impor o cumprimento da acordo, interromper as privatizações e erguer uma frente única anti-imperialista.

***Todo apoio à greve dos petroleiros!
Abaixo o plano antinacional e anti-operário
de Bolsonaro-Guedes.***

Fortalecer a greve dos petroleiros Enfrentar os ataques do governo Bolsonaro

9 de fevereiro de 2020

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) informaram que 20 mil trabalhadores paralisaram as atividades, no nono dia de greve. Já são 91 unidades do sistema Petrobrás, em 13 estados, que aderiram ao movimento. A greve envolve 11 refinarias, 39 plataformas, 18 terminais, 3 bases administrativas e 20 unidades operacionais.

Diante do fortalecimento da greve nacional, o governo, a direção da Petrobrás e o Judiciário deram mais um passo na tentativa de quebrar o movimento. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, conhecido pelo seu reacionarismo, autorizou a “contratação emergencial” de fura-greve. Já havia decretado multas diárias aos sindicatos no valor de R\$ 500 mil e R\$ 250 mil,

bem como o bloqueio das contas bancárias e suspensão das mensalidades sindicais. Para isso, as autoridades se apoiam na Lei de Greve 7.783, de 1989.

Está claro que o fortalecimento da greve é o melhor meio para derrotar esse ataque antioperário e antidemocrático desfechado pelos representantes da burguesia. No entanto, o fortalecimento depende de respostas políticas à altura. A FUP, FNP, centrais e sindicatos, em todo o país, devem levantar a bandeira de “Abaixo a Lei de Greve 7.783, e pelo direito irrestrito de greve”.

Vemos, porém, que as direções sindicais vêm se mantendo adaptadas a esse instrumento da ditadura de classe da burguesia. Nem mesmo os governos do PT ousaram tocar nessa lei antioperária de 1989. Temos muitos exemplos de como a burguesia e seus representantes se valeram desse instrumento para derrotar os trabalhadores, demitir a vanguarda e quebrar sua organização. Um dos exemplo foi a greve dos metroviários de São Paulo. Em nome dos serviços essenciais, o Estado elimina o direito de greve. Essa arma foi acionada, agora, por Ives Gandra.

O movimento operário não pode continuar ignorando tais obstáculos, que tira o direito dos trabalhadores de se defenderem da exploração capitalista, e protege o patronato sedento de lucro. É incompreensível e inadmissível que a direção da FUP se apoie na Lei de Greve, valendo-se do seu artigo 9º, em que prescreve que patrão e empregados manterão “*os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento*”. Esse artigo é claramente uma arma contra a greve. Responsabiliza os grevistas e desresponsabiliza os capitalistas e seu Estado. Não é objetivo do movimento grevista destruir as máquinas. Mas a responsabilidade dos danos que uma greve pode provocar é da burguesia e de seu Estado, e não dos grevistas.

A FUP diz que a direção da Petrobrás “*descumpre me-*

didat judiciais e a própria legislação, anunciando que está providenciando a 'contratação imediata de pessoas e serviços, de forma emergencial, para garantir a continuidade operacional em suas unidades durante a greve'.” Esse argumento legalista não serve à luta, uma vez que cria a ilusão sobre a possibilidade de uma greve vencer seguindo as leis impostas pela burguesia. Nem bem a FUP denunciou a ilegalidade da Petrobrás de usar a “contratação emergencial”, isto é o fura-greve, Ives Gandra autorizou a direção da empresa a se valer desse recurso. Esse agente da burguesia, que se esforçou pela aprovação da reforma trabalhista e pela extinção do Ministério do Trabalho, recorreu justamente à legalidade da Lei de Greve. Logo no início do movimento, determinou que 90% dos petroleiros deveriam manter a produção, o que equivalia a liquidar a greve no nascedouro. Essa brutal decisão foi baseada no artigo 9º da Lei 7.783. Não pode haver dúvida de que a resposta a essa ofensiva de Bolsonaro, Castello Branco e Gandra é a de levantar a bandeira “Abaixo a Lei antigreve 7.783”. Se não se luta pelo direito irrestrito de greve, a direção sindical estará contribuindo para manter esse instrumento antidemocrático, e para derrotar o movimento.

Diz também a FUP que a *“adesão à greve ocorre sem piquetes nas unidades”* e que a *“gestão da empresa é que tem impedido a entrada dos trabalhadores, como se fez ontem (07), na Repar e na SIX, no Paraná”*. Se a greve é massiva e não está ameaçada pelos fura-greve, então o piquete parece desnecessário. No entanto, isso não quer dizer que no transcurso da luta não serão necessários. É dever da direção organizar a vanguarda combativa em piquetes, que serão usados quando a situação exigir. Esse argumento legalista da FUP, para indicar que a ilegalidade está vindo do governo, é banal e se contrapõe flagrantemente à dura realidade do choque dos petroleiros com o governo e a Petrobrás. De forma alguma, o movimento grevista pode prescindir das formas violentas de contenção dos fura-greve, que não suportam a pressão do patronato,

da família, etc. Os piquetes são legítimos e fazem parte da democracia operária, em que a minoria tem de acatar a decisão da maioria.

Uma direção sindical que não tem a greve como expressão da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, bem como entre essa e outras camadas de trabalhadores, não tem como conduzir o movimento à vitória.

É bom lembrar que a maior greve dos petroleiros, realizada em 3 de maio de 1995, que durou 32 dias, teve de enfrentar a ocupação militar de algumas das principais refinarias do país. O movimento perdeu força não por esse motivo, mas porque a sua direção foi permeável às pressões do governo Fernando Henrique Cardoso, que passou a incentivar a população a se opor à greve devido à falta de gás de cozinha. Falta essa promovida pelas distribuidoras, que apoiaram o governo. Não se pode imaginar uma greve dos petroleiros sem que se tenha de se chocar com a violência reacionária do Estado. O legalismo da FUP mostra que sua direção não foi capaz de aprender com a greve de 1995, ou então, o que é mais provável, é que chegou à conclusão de que seu papel é o de colaboração de classe, ao contrário de uma direção que se guia pela luta de classes.

A crescente adesão à greve em todo o país é um indicador de que os petroleiros não mais suportam a política de privatização da Petrobrás. O governo e a direção da Petrobrás vêm alterando o padrão salarial, a jornada de trabalho e antigos direitos trabalhistas. A redução do preço da força de trabalho é uma condição para que os compradores vejam na privatização um bom negócio. O fechamento da Fábrica de Fertilizantes e a demissão de 1000 trabalhadores são parte desse plano. Pergunta-se como é que o governo liquida uma fábrica de fertilizantes nitrogenados, quando o país vem se destacando no agro-negócio. A resposta se encontra no avanço das multinacionais. Desarma-se a capacidade nacional, para promover o controle monopolista e imperialista. É o que acontece com as privatizações em todos os setores chaves da economia:

petróleo, aço, telefonia, energia elétrica, aviação, portos, sistema de transportes, correio, etc.

A burguesia e seus governos, que incluem também os do PT, vêm se curvando ao globalismo imperialista. As centrais, sindicatos e federações, como a FUP e FNP, se mostram incapazes de pôr em pé o movimento anti-imperialista, de defesa da independência e soberania nacionais. A greve dos petroleiros, para vencer, tem de trilhar o caminho da luta anti-imperialista. A bandeira de reestatização, sem indenização, de todo o patrimônio público entregue ao capital financeiro e monopolista, tem de ser erguida. Uma frente anti-imperialista, organizada sobre a base de comitês em todo o país, constituiria uma força social, dirigida pelo proletariado para se contrapor às tendências antinacionais e antipopulares da burguesia brasileira. É com essa linha política que o movimento grevista da Petrobrás derrotará o governo.

***Abaixo as medidas repressivas do governo,
do Judiciário e da Petrobrás!
Direito irrestrito de greve!
Viva a greve dos Petroleiros!***

Declaração do Partido Operário Revolucionário **Direção da FUP capitula**

21 de fevereiro de 2020

A negociata entre a FUP e a desembargadora Rosalie Michaela, no TRT, 9ª Região, concluiu pela suspensão das demissões, resultantes do fechamento da Fabrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), para 6 de março. A FUP considerou uma vitória. A desembargadora deixou claro que a Fafen está fechada, e que as demissões são irreversíveis. A Petrobrás não aceita aplicar a cláusula do Acordo Coletivo, que impede demissões coletivas, e sem negociação com o sindicato.

A pendência judicial sobre as demissões de 1.000 ope-

rários foi tratada no TRT do Paraná como se não fizesse parte do movimento grevista nacional. Justamente uma das cláusulas da revogação do Acordo Coletivo é a de que a Petrobrás não se sujeita às negociações com o sindicato nos casos de demissão, bem como considera inaceitável ficar impedida de realizar demissões coletivas. A empresa quer romper unilateralmente o Acordo Coletivo, para se ajustar à reforma trabalhista. Já vinha aumentando a contratação de terceirizados. A mudança na política da Petrobrás em relação aos sindicatos é parte do problema. Sob o governo de Bolsonaro/Guedes e da administração da empresa por Roberto Castello Branco, decidiu-se não mais aplicar a tácita política de colaboração de classes, montada nos governos do PT. O avanço da privatização da Petrobrás não é compatível com nenhum tipo de obstáculo sindical, mesmo que a boa vizinhança da FUP, filiada à CUT – e esta, controlada pelo PT – tenha evitado a resistência dos operários contra as pressões do capital financeiro e do imperialismo, no sentido da privatização e desnacionalização.

A orientação do momento é a de pôr em marcha, o mais rapidamente possível, o plano de privatização de Guedes. O fechamento da Fafen – uma das últimas fábricas nacionais de fertilizantes – atende aos interesses dos monopólios de insumos ao agronegócio, e às exigências dos acionistas contraladores da Petrobrás. Esse processo de desmonte do monopólio nacional do petróleo, que vinha há tempo se gestando, ganhou força sob os governos francamente entreguistas e pró-imperialistas, de Temer e Bolsonaro.

A direção da FUP se viu premiada: de um lado, a direção da Petrobrás, passando por cima da política de conciliação de classes dos reformistas; por outro, os petroleiros, se tornando inquietos diante de tamanho ataque. O fechamento da Fafen foi o sinal mais contundente de que o governo irá fundo com o desmembramento e a privatização da Petrobrás, bem como do Pré-sal. Para isso, está implantando uma nova relação de trabalho, e um padrão salarial mais

baixo, com o que acaba com a influência dos sindicatos nas questões administrativas. Retira do PT a facilidade de se movimentar na estrutura do Estado, e de alimentar a capacidade eleitoral.

É importante ter claro os antecedentes da greve, e a situação política em que ocorre, para se entender a suspensão das demissões pelo TRT, e a suspensão da greve, para que se montasse a mesa de conciliação no Tribunal Superior de Trabalho (TST). O carrasco Ives Gandra impôs as condições. Isso, depois de senadores e deputados pedirem para que ouvisse a FUP. Realizaria a negociação entre as partes, caso a FUP suspendesse a greve.

É tão clara a consequência dessa condição, que não tem como esconder a capitulação da FUP e do conselho dos sindicatos. Imagine que, na guerra, um dos lados pede armistício, e o outro aceita negociar, desde que este deponha as armas. Ir à mesa de negociação com o patronato, mediado pelo fascista que criminalizou a greve, depondo as armas dos trabalhadores, equivale a se deixar prender no pelourinho.

A greve já entrava no seu décimo nono dia. Continuava forte, apesar de a Petrobrás continuar funcionando parcialmente com o trabalho dos tercerizados, dos contratados de emergência, e com os autorizados pela FUP. Era questão de tempo para começar a afetar a distribuição, e se tornar um problema político, para o governo, e econômico, para a Petrobrás. O que se passou no TRT foi uma manobra, para que a FUP suspendesse a greve no momento mais importante, quando se furava o bloqueio do isolamento. Os professores do estado de Minas tinham decretado a greve. Quando se renunciava, em março, greves em professores e dos Correios. E nem bem a greve foi suspensa, abriu-se uma crise no estado do Ceará, com a greve da polícia por aumento salarial.

Tudo indica que a Fafen acabou servindo de moeda de troca. Se a greve for demontada definitivamente, as demissões se efetuarão em piores condições. A FUP e as direções

sindicais burocráticas entraram em desespero, diante dos dezenove dias de greve, da inflexibilidade da Petrobrás, da determinação de Bolsonaro/Guedes, e do ataque ditatorial do ministro do TST.

Negociar o quê?! Nada do que é fundamental para o movimento. Gandra jogará com as multas, com os dias parados, com a reposição e outras coisas desse tipo. O fechamento da Fafen é inegociável para o governo. Não sabemos precisamente que cláusulas do Acordo Coletivo poderão servir de pretensa saída honrosa para a direção burocrática.

Caso fracasse completamente a negociata – o que é possível –, estará inteiramente nas mãos dos petroleiros grevistas garantirem a unidade nacional e partirem para a greve ativa. É preciso jogar no lixo o legalismo da FUP, constituir comitês de combate, organizar os piquetes, convocar manifestações de rua, realizar bloqueios, e exigir nominalmente de cada central e de cada sindicato importante que mobilizem suas bases. É um imperativo levantar as bandeiras “Abaixo a Lei Antigreve”. “Irrestrito direito de greve, manifestação e organização!” “Fim da criminalização dos movimentos!”

Se essa via se colocar, a capitulação da FUP será revertida. Coloca-se a necessidade de convocar uma greve geral por tempo indeterminado, de forma a tornar a luta dos petroleiros em luta geral das massas contra o governo, os capitalistas e o imperialismo. Deve-se dar um passo na constituição de uma frente única anti-imperialista, para quebrar a espinha dorsal das privatizações e do entreguismo.

O Partido Operário Revolucionário, com seu Boletim Nossa Classe, vem lutando com essa posição. A derrota do governo Bolsonaro/Guedes e da ditadura do Judiciário fortalecerá as tendências de luta dos explorados em todo o País.

***Retomar imediatamente a greve nacional!
Não ao fechamento da Fafen!
Viva a greve dos petroleiros!***

Carta Aberta do Partido Operário Revolucionário **Aos sindicatos, centrais, movimentos e correntes** **identificadas com os explorados**

17 de fevereiro de 2020

Chamamos as direções sindicais e políticas a organizarem o apoio ativo à greve dos petroleiros. A unidade na ação dos explorados é a condição para derrotar o governo pró-imperialista de Bolsonaro/Guedes. Está claro que o Congresso Nacional é serviçal do capital financeiro e da oligarquia antinacional.

A greve dos petroleiros ilumina o caminho do combate da maioria oprimida. Desde as mobilizações de abril de 2017, quando a classe operária rompeu anos de silêncio, e se colocou pela derrubada da reforma trabalhista, se manifestam tendências de luta no seio dos explorados e da juventude oprimida. Fomos à greve geral contra a reforma da Previdência.

Sentimos na carne que as centrais sindicais e as direções dos sindicatos não estiveram à altura para impulsionar toda a poderosa força do proletariado. Os petroleiros vinham ensaiando uma greve nacional. Já não suportavam a combinação dos ataques aos empregos e salários com o desmonte da Petrobrás e a privatização.

Agora, o movimento alcançou altitude diante das medidas de Bolsonaro/Guedes/Castello Branco. Vêm quebrando o silêncio dos meios de comunicação. A sua firmeza indica que o confronto se intensificará. As medidas repressivas do governo e do Judiciário se tornarão ainda mais violentas.

Chegou o momento em que as centrais, os sindicatos, os movimentos e correntes que se reivindicam dos explorados não mais poderão ficar à margem, prestando apoio puramente verbal e moral. É hora de organizar uma grande mobilização nacional pelos empregos e salários; revogação das reformas trabalhista e da Previdência; fim da terceirização e incorporação dos terceirizados; derrubada da polí-

tica de privatização e desnacionalização; reestatização sem indenização; direito irrestrito de greve, controle operário da produção. Essa plataforma é a base que unifica a maioria oprimida sob a direção da classe operária, que, neste momento, tem os petroleiros à frente.

Existem diversos ataques em curso por parte da burguesia e seus governos sobre os explorados. Os funcionários dos Correios, por exemplo, estão se mobilizando, e podem iniciar uma greve no começo de março. O funcionalismo público já indicou o 18 de março como dia de paralisação nacional. Vemos a necessidade de começar imediatamente a greve.

Os petroleiros compõem um setor operário estratégico: o energético. Reconhecemos a importância do combate que vem sendo dado pelas diversas categorias. No entanto, colocamos a necessidade de que se veja a transcendência da greve dos petroleiros. A produção, distribuição e circulação dessa importante matéria-prima ocupam um papel central na economia capitalista como um todo, não só no Brasil.

Esta greve se choca com as demissões (não só as da Fafen-PR) e com a política de desnacionalização e privatização. Choca com a prepotência patronal, que não cumpre as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Chocase, em suma, com a política ditada pelo capital financeiro, de descarregar o peso da crise do capitalismo sobre os ombros dos oprimidos.

É enorme, também, a importância tática desta greve na atual conjuntura: a vitória dos petroleiros pode abrir caminho para novos avanços dos assalariados em todo o país na defesa de suas reivindicações; a quebra da greve dos petroleiros, inversamente, fortalecerá o governo e os capitalistas, interessados em destruir direitos, arrochar salários e abocanhar mais e mais da riqueza nacional em proveito próprio.

Daí a necessidade de apoiar ativamente a greve dos petroleiros! Exigimos das centrais, sindicatos, movi-

mentos sociais e demais organizações dos explorados que realizem, em caráter de URGÊNCIA, MANIFESTAÇÕES em todas as principais cidades do país e onde mais for possível, além de convocar ASSEMBLEIAS EXTRAORDINÁRIAS para organizar a mobilização em solidariedade. A vitória dos petroleiros nos interessa diretamente, a luta deles é nossa também!

A mídia burguesa tem feito um silêncio criminoso em relação a essa luta, que já se encontra em seu 17º dia. O governo e a Justiça têm atacado duramente a greve com multas e outras medidas repressivas. Temos de rechaçar a repressão e defender o irrestrito direito de greve dos petroleiros e de todos os setores em luta. Abaixo toda a legislação antigreve! Em defesa das liberdades democráticas! Que a empresa e o governo atendam imediatamente as reivindicações! Em defesa dos empregos, salários e direitos! Abaixo a política de privatização e desnacionalização!

Viva a greve dos petroleiros!

Boletim Nossa Classe

Todo apoio à greve dos petroleiros

1ra Quinzena de Fevereiro de 2020

A greve nacional dos petroleiros vem se fortalecendo. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que 91 unidades do sistema Petrobrás estão em greve, em 13 estados. Cresce a disposição de luta diante da posição inflexível do governo e do presidente da Petrobrás.

O governo, a Justiça e os meios de comunicação têm imposto um silêncio para que a greve não ganhe apoio da população, que não suporta tanto desemprego e subemprego. O governo teme que a nossa luta acabe se voltando contra a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da previdência.

É preciso, assim, fortalecer a greve nas unidades onde existem a pressão dos “fura-greve” e a repressão governamental. A vitória de nossa greve abre caminho para os trabalhadores derrubarem a política antioperária e antinacional do governo Bolsonaro. Abre caminho para organizar a luta contra as demissões, a terceirização e o rebaixamento dos salários.

Companheiros petroleiros, nossa greve tem enorme valor

para nós mesmos e para a classe operária como um todo.

O Boletim Nossa Classe se empenha para que a greve se fortaleça e ganhe apoio da maioria explorada do País.

Que as centrais e sindicatos chamem os trabalhadores a lutar em defesa da greve

O governo Bolsonaro, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, estão unidos para derrotar a greve dos petroleiros. Os meios utilizados são o do cerco policial, aplicação de multas milionárias aos sindicatos, contratação de “fura-greve” e ameaças de demissão.

Se os grevistas acatassem a determinação de Ives Gandra, 90% dos operários teriam de manter o funcionamento da produção. Simplesmente, acabaria com a greve. Essas autoridades governamentais se valem de todos os recursos para que a paralisação da produção não seja efetiva.

Sabemos que uma greve parcial não sai vencedora. É preciso determinação das direções sindicais e dos trabalhadores de paralisarem a produção a ponto de afetar os interesses econômicos da burguesia. Se o presidente da Petrobrás autorizou a contratação de “fura-greve” e se alguns de nossos companheiros se mostram fracos, insistindo em entrar nas unidades, devemos montar **piquetes** massivos.

A vitória depende de nossa força e resistência diante dos ataques do governo e demais autoridades. Em nossas assembleias e manifestações, devemos exigir que as CUT, Força Sindical, CTB e Conlutas convoquem imediatamente manifestações de rua em apoio à greve dos petroleiros. A greve para vencer precisa ganhar as ruas, como fizeram os trabalhadores na França, Chile, Colômbia e em outros lugares. É com a greve unitária e mobilização de rua que vamos vencer.

O Boletim Nossa Classe se solidariza com a greve dos petroleiros. Defende a organização dos piquetes contra os “fura-greve”. Chama as centrais e sindic-

tos de todas as categorias a convocar seus trabalhadores a apoiar os petroleiros.

Em defesa do direito de greve

O Tribunal Superior do Trabalho autorizou a Petrobrás a combater a greve com o que se denomina “contratação emergencial”. Esse ataque ao movimento dos petroleiros mostra que a greve está forte. É preciso fazer uma campanha pelo direito de greve.

No Brasil, não temos o direito de greve. A legislação criminaliza a greve. A justiça impõe multas milionárias aos sindicatos. Bloqueia suas contas bancárias. A polícia é acionada imediatamente para proteger o patronato.

Geralmente, as direções sindicais acatam a lei de greve, de 1989. Dizem que querem uma greve “legal”. Ocorre que a legalidade significa se curvar diante de uma lei que impede o verdadeiro direito de greve dos trabalhadores.

Uma greve é uma decisão de força coletiva dos assalariados, que não suportam as duras condições de exploração e as demissões. Esse é a causa de quase todas as greves. No caso dos petroleiros, a luta começou contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR) e o não cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho. No entanto, essa luta é mais ampla: é contra a privatização da Petrobrás e a desnacionalização do Pré-Sal.

Está aí por que o governo Bolsonaro se empenha em quebrar o nosso movimento já no nascedouro. A justiça exige que a produção continue a todo o vapor. Como os petroleiros estão firmes na greve, os diretores da Petrobrás decidiram pela “contratação emergencial”. Querem pressionar os companheiros mais fracos e também as direções sindicais. Nossa firmeza é a condição para derrotar esse ataque do governo. Como se vê, é uma luta de duas forças: de um lado, a burguesia e seu governo; e de outro, a classe operária.

O Boletim Nossa Classe defende que em todas as unidades do sistema Petrobrás se levante a bandeira “Abaixo a lei de greve 7.783!”. Defesa total direito de greve.

Não ao fechamento da Fafen-PR

A desativação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Araucária, no Paraná, resulta em destruição de 1000 empregos. Essa medida favorece as multinacionais e prejudica a economia nacional.

Estão nos cálculos do ministro Paulo Guedes e do presidente da Petrobrás o desmembramento do sistema Petrobrás, a privatização e o fechamento de unidades que não interessarem aos capitalistas. Pouco importa se milhares de petroleiros perderem seus empregos. As demissões e a redução salarial já vêm ocorrendo há algum tempo. Essa é forma do governo preparar as condições para as privatizações.

É muito importante a união de todos os trabalhadores para evitar o fechamento da Fafen. Há pouco tempo, a Ford fechou sua unidade em São Bernardo do Campo e, assim, destruiu 4000 empregos. A direção do sindicato fez corpo-mole e ajudou a empresa a fechar a fábrica sem que houvesse luta. O Boletim Nossa Classe esteve presente no movimento da Ford e defendeu a ocupação da fábrica e organização de um movimento geral da classe operária. Agora é a vez da Fafen. Ou lutamos para derrotar o governo, ou mais uma vez a burguesia destruirá postos de trabalho, que nunca mais voltarão.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) ocupação da Fafen; 2) que os petroleiros, em todos os estados, mantenham a greve para impedir o fechamento da fábrica; 3) que as centrais sindicais façam uma campanha nos bairros, escolas, ruas e em todas as fábricas em defesa da Fafen e da greve dos petroleiros.

Em defesa do monopólio nacional do petróleo

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, o monopólio do petróleo foi quebrado. De lá para cá, os governos do PT não foram capazes de restabelecer o monopólio criado em 1953. O governo Temer avançou a privatização e a entrega do pré-sal. Agora, o governo Bolsonaro está

fazendo a liquidação final. No passado, foram privatizadas a indústria siderúrgica, telefonia, portos, aeroportos, etc. Hoje, estão na lista de Bolsonaro, a Eletrobras, os Correios, Casa do Moeda, etc. A Petrobrás desperta o maior interesse nas petroleiras internacionais. O petróleo continua sendo a energia mais importante mundialmente.

A quebra do monopólio da Petrobrás e das reservas petrolíferas fortalece a presença das multinacionais e enfraquece a capacidade da economia nacional diante do imperialismo saqueador. Como se vê, os petroleiros têm em suas mãos não somente a luta pelos empregos, pela jornada de trabalho e salários, mas também a luta contra a privatização e desnacionalização.

O Boletim Nossa Classe defende que a greve, a FUP, a FNP e as centrais levantem a bandeira de reestatização, sem indenização, de tudo que pertenceu ao patrimônio nacional. E pelo monopólio do petróleo. Que formem uma frente única anti-imperialista. A união da classe operária e demais oprimidos contra o saque imperialista das riquezas nacionais é o caminho para derrotar o plano entreguista de Bolsonaro.

**Não se submeter às imposições da justiça patronal!
A greve dos petroleiros continua!
Apoiemos ativamente a greve!
Convocar as assembleias gerais em todos os sindicatos!**

2da Quinzena de fevereiro de 2020

Operários, demais explorados e juventude oprimida, o Tribunal Superior do Trabalho(TST) acaba de decretar ilegal e abusiva a greve dos petroleiros. A justiça burguesa atenta contra o mais elementar direito de greve. Criminaliza os sindicatos e os trabalhadores. A decisão do TST é ditatorial. Um punhado de juizes, que ganham rios de dinheiros e têm privilégio de casta, pretende impedir que os petroleiros defendam a manutenção da Fábrica de

Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), garantam os empregos e o Acordo de Trabalho. A melhor forma de apoiar os petroleiros é organizar a greve em outros ramos da produção e ganhar as ruas.

Abaixo a ditadura do TST! Viva a greve dos petroleiros!

A greve nacional dos petroleiros já é a maior, desde 1995. São mais de 21 mil operários, de 120 unidades. Defendem os empregos, a permanência da fábrica de fertilizantes FAFEN, e combatem a privatização e desnacionalização da Petrobrás. Enfrentam a direção destruidora da Petrobrás e o governo entreguista de Bolsonaro. São atacados pela justiça patronal, que impõe multa diária e ameaça de prisão as lideranças.

Existe uma grande disposição de luta dos operários. Sua vitória imporá uma derrota ao entreguismo pró-imperialista do governo Bolsonaro. Abrirá caminho para as outras lutas que virão. É preciso romper seu isolamento, com apoio ativo.

Todos sentem as consequências das reformas trabalhista, previdenciária e da terceirização. Precisamos retomar o caminho da greve geral, desta vez, mais forte, melhor organizada e por tempo indeterminado.

O Boletim Nossa Classe luta para que todos os sindicatos e centrais convoquem imediatamente as assembleias gerais. É preciso discutir e aprovar medidas concretas de apoio à greve: manifestações de rua, paralisações, protestos, ocupações de prédios e avenidas.

Não se submeter às imposições da justiça patronal

A greve foi criminalizada. Depois das multas e ameaças de prisões, agora a greve é julgada ilegal e abusiva. Não existe de verdade o direito de greve no Brasil. A legislação é feita pelos parlamentares manejados pelos capitalistas. A justiça é burguesa. Os juizes são pró-patronais E a polícia é o cão de guarda da burguesia contra os assalariados.

O Boletim Nossa Classe defende o direito irrestrito

de greve. É o direito de lutar por aquilo que reivindicamos. Não devemos nos subordinar às imposições do governo e da justiça. Quem deve decidir sobre a greve é quem faz a greve.

Nada de passividade, erguer a greve ativa

A greve ativa começa por garantir que as decisões das assembleias sejam acatadas por todos. Os piquetes devem garantir a paralisação do conjunto de cada unidade. As assembleias gerais e os comandos de greve devem discutir o calendário de luta e a organização da mobilização permanente e geral. A greve rompe o isolamento quando os grevistas vão às ruas, massivamente.

A greve ativa busca a unidade dos demais explorados. Ir aos sindicatos, às centrais sindicais, às grandes fábricas, reivindicar a convocação das assembleias gerais de base, a adesão aos comandos de greve petroleiros e às suas ações. Será a unidade nacional das massas em luta que criará as condições para defender a greve petroleira e derrotar o governo e os capitalistas.

Os terceirizados são parte da mesma luta!

Nos últimos anos, houve um grande aumento das contratações de terceirizados em todos os setores da produção. Parte dos petroleiros também é terceirizada. A terceirização é um meio de maior exploração do trabalho e redução de custos, por meio do rebaixamento salarial e precarização dos direitos. Durante a greve, os terceirizados são pressionados para não se unirem aos grevistas. Essa divisão só favorece ao governo e patrões.

O Boletim Nossa Classe defende que os operários grevistas convoquem os terceirizados a se unirem na mesma luta. Nossa reivindicação é que os terceirizados sejam efetivados, contratados imediatamente, com os mesmos direitos dos trabalhadores atuais, e sem necessidade de concurso, pois, já demonstraram na prática sua aptidão ao trabalho.

A unidade deve acontecer nas bases

É preciso cercar a greve petroleira com solidariedade de classe. Comparecer massivamente aos comandos de greve, de onde se devem organizar as ações de mobilização e apoio. A partir dos comandos, erguer as manifestações de rua, construir o Fundo de Greve, organizar os piquetes e a resistência à repressão.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela convocação da população assalariada em geral. Pela formação dos comitês de luta nos bairros, nas escolas e locais de trabalho.

Antecipar as lutas já marcadas

Os Correios e a Educação estão se mobilizando. É preciso que as assembleias apressem a greve. Os petroleiros não podem esperar a ajuda para daqui a um mês. É preciso convocar imediatamente novas assembleias, onde já se decidiu pela greve, e antecipar o calendário. O início imediato da greve nos demais setores dará muito mais força à greve petroleira!

Derrotar a política de privatização do governo Bolsonaro

Sabemos que boa parte da Petrobrás já foi privatizada. Grande parte de seus campos de exploração também já foi vendida. O fechamento da FAFEN é parte desse entreguismo. Vai favorecer a produção externa, ou o seu controle pelos monopólios multinacionais.

O Boletim Nossa Classe defende que refinarias, plataformas e distribuidoras devem ser ocupadas pelos grevistas. Assim, se exigirá o fim das privatizações e reestatizações das já privatizadas. A ocupação fortalece a greve. E mostra aos trabalhadores que é possível impor o controle operário da produção.

Constituir a frente única anti-imperialista

A greve é contra a privatização da Petrobrás e pelo monopólio nacional do petróleo. Deve ser também contra a

privatização da energia elétrica, mineração, ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, comunicação, correio, etc. A derrota da política antinacional e antipopular dos governos burgueses depende da luta unitária da maioria oprimida. A frente única anti-imperialista é a forma de unir todos os explorados. Os sindicatos e centrais devem constituir os comitês de luta de defesa das estatais. Assim, se organiza uma frente única anti-imperialista.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela unidade anti-imperialista da classe operária, da classe média empobrecida urbana, dos camponeses e da juventude. Esse é o caminho para potenciar a consciência de classe de que os explorados em luta estão se confrontando com a burguesia interna e o imperialismo.

Apêndice

Greve dos petroleiros de 1995

Greve dos petroleiros: Resistência operária à implantação do Plano Real

Junho de 1995

A greve nacional dos petroleiros, envolvendo 11 refinarias, foi desencadeada no começo de maio (1995), e só foi desmontada integralmente no trigésimo dia, com a volta dos operários mais radicalizados da refinaria de Cubatão. Dizemos integralmente, porque em fins de maio os elos mais frágeis do movimento começaram a se romper sob as tremendas pressões do Estado burguês. Mas, o que o tem caracterizado é justamente a radicalidade da conduta operária, que surpreendeu tanto a burguesia quanto as próprias lideranças conciliadoras. A enorme resistência dos grevistas trouxe à tona as tendências mais profundas de agudização da luta de classes no país.

A greve petroleira foi decretada somente depois de muita negociação e ensaios de paralisação, realizados um pouco antes. A cúpula dirigente procurou manobrar o máximo, para convencer o governo de Fernando Henrique Cardoso

(FHC) a não romper o acordo realizado em fins do mandato do ex-presidente Itamar Franco. Nessa ocasião, mediante a ameaça grevista, Itamar se reuniu com o dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicentinho, e da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Carlos Spis, e admitiu um acordo, que previa a reposição das perdas sob o Plano Real e outras reivindicações. Dessa forma, contornou-se a greve petroleira, num quadro de formulação da política econômica antinacional e antipopular, e de disputa eleitoral entre a frente burguesa de FHC e a Frente Brasil Popular de Lula, uma espécie de composição reformista pró-capitalista.

Ocorre que o novo governo de FHC, para proteger o Plano Real que naufragava, rompeu o acordo de seu antecessor. E assim evidenciou a manobra anterior de Itamar e da cúpula dirigente sindical para evitar a greve. Ou seja, a adoção de um acordo para o futuro, que, como os fatos demonstram, poderia ser descumprido pelo governo sucessor. Foi sob intensa revolta das bases, que logo pressentiu a farsa, que se viu obrigada a decretar a greve nacional petroleira. O movimento se projetou nacionalmente, e passou a ser o centro da situação política. Através dos petroleiros, a classe operária compareceu como força motriz do combate ao governo neoliberal.

A estratégia da greve

A direção majoritária dos petroleiros e, por cima dela, os dirigentes da CUT apressaram-se a esclarecer que não se tratava de uma greve política contra as privatizações, levadas a cabo pela Reforma Constitucional. Muito menos uma greve contra o governo recém-saído das urnas. Frisaram que seu conteúdo se limitava à exigência do cumprimento do acordo, embora os petroleiros e seus sindicatos estivessem contra a quebra do monopólio estatal do petróleo.

O governo e todo aparato de propaganda da burguesia, ao contrário, centraram fogo no argumento de que a greve era anti-revisão constitucional, ressaltando a denúncia de

que se tratava de interesses corporativistas dos petroleiros e de suas lideranças, que se sobrepunham aos interesses de toda nação, como se esta não fosse dividida em classes antagônicas. Acrescenta-se a essa farsa a acusação de que a greve era obra da oposição descontente – refere-se ao PT e seus aliados da Frente Popular, que foi derrotada nas eleições de outubro de 1994.

A conduta da direção reformista-burocrática em não questionar, através das greves e das ruas, a linha governamental pró-imperialista e a ofensiva da propaganda de FHC, afirmando o contrário, criaram um cordão de contenção em torno da radicalidade da luta. Uma verdadeira operação estratégica do governo neoliberal e da submissa oposição reformista. A democracia burguesa e a acovardada burocracia reformista, frente aos golpes repressivos do Estado, atuaram para evitar que o conflito se alastrasse e se dirigisse abertamente contra o fundamento econômico do neoliberalismo.

A separação das reivindicações econômicas das bandeiras de defesa do estatismo anti-imperialista e da luta anticapitalista beneficiou os inimigos do proletariado. Abriu campo de manobra para o governo repressivo, e limitou a ação prática do movimento grevista. Essa tática dos burocratas reformistas equivaleu a uma traição aos grevistas.

O governo, muito pelo contrário, agiu de acordo com a defesa do Plano Real e da reforma pró-imperialista. A vitória dos grevistas, ainda que fosse apenas quanto ao cumprimento do acordo Itamar/Vicentinho, atingiria frontalmente o Plano Real.

Ninguém desconhece que um de seus pilares é o da contenção salarial. Atender aos petroleiros sem aumentar as tarifas seria impensável. E tal feito abriria caminho para os oligopólios, que pressionavam o governo, a admitir um reajuste geral dos preços represados. Por outro lado, a luta grevista vinha ocorrendo em vários segmentos do proletariado e do funcionalismo, motivada pelas reivindicações salariais. O governo se empenhou em derrotar uma

a uma, pelas mesmas razões.

A entrega das estatais ao capital financeiro internacional e nacional é parte da ofensiva capitalista contra a vida das massas. Não existe nenhuma separação entre a taxa de exploração do trabalho e o entreguismo pró-imperialista. A opressão de classe e a opressão nacional (exploração e subjugação das nações atrasadas pelas potências) são conexas e interdependentes. A estratégia do proletariado é a de derrubada integral do plano neoliberal e de combate aberto ao governo e Parlamento pró-imperialistas.

Os reformistas se mostraram impotentes diante do governo antinacional, ao renunciar a um programa único de reivindicações econômicas e anti-imperialistas. O grave é que conduziram à derrota o movimento grevista.

A tática grevista

A negação do objetivo estratégico de combater abertamente o Plano Real e a Reforma Constitucional pró-imperialista teve uma implicação tática imediata no movimento. A burocracia sindical empenhou-se para que a greve não extrapolasse os limites impostos pela lei restritiva de greve nos chamados serviços essenciais. Atendeu prontamente a exigência de manter trabalhando 30% dos efetivos.

O governo esperava com essa medida que o movimento se esgotasse rapidamente, uma vez que uma parcela trabalhando abriria um canal de retorno para os demais. Isso não sucedeu, o que pode parecer um êxito tático da burocracia sindical em respeitar a lei de greve sem enfraquecer a luta. Entretanto, a consistência do movimento vinha da disposição de luta das bases.

Há um outro lado do problema que é o de manter por quase um mês o abastecimento do país. Nesse ponto, o governo tirou maior proveito. Primeiro, porque pôde jogar com o prolongamento da greve, e se utilizar da pressão legal de demissão por justa causa. Segundo, porque ganhou tempo para reprimir e abalar os petroleiros menos organizados e mais influenciados pela ala conciliadora da direção. Ter-

ceiro, porque conseguiu fazer uma campanha sistemática junto à população, responsabilizando os grevistas pela gradativa falta de gás de cozinha e outros produtos.

O argumento de que manter a produção de 30% era necessário para se evitarem medidas de forças do governo logo se mostrou falso. A greve iniciou no dia 2 de maio, e, no dia 10, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a greve abusiva, exigindo a volta ao trabalho. As bases radicalizadas decidiram corretamente desconhecer a arbitragem obrigatória e a aplicação da lei de greve. Em vista disso, o governo iniciou o processo de demissão de lideranças e ativistas. Mais uma vez não teve êxito.

Uma nova medida repressiva foi desfechada no dia 24 de maio, com a ocupação militar de quatro refinarias. Mesmo assim, a greve continuou, apesar de ter abalado uma parcela de petroleiros.

No final de maio, depois de um segundo julgamento, a pedido da FUP, que serviu apenas para reforçar a farsa da justiça burguesa, o governo iniciou uma nova ofensiva, ameaçando com a demissão por justa causa, prevista como abandono de trabalho. Ao mesmo tempo, orquestrou uma campanha de processos judiciais contra o sindicato e a FUP, pleiteando ricas indenizações.

No mesmo sentido, o TST passou a pressionar com a fabulosa multa de 35,7 milhões de reais, que, se não fossem pagas, acarretariam o confisco dos bens dos sindicatos pelo Estado. Tratava-se do intervencionismo ditatorial da democracia burguesa contra o direito de greve. A última medida foi de abertura de processos pela polícia Federal contra lideranças e ativistas de base, que mantinham a refinaria de Cubatão sob ocupação, desde meados de maio.

Não se conhece na história recente das greves no Brasil tamanho cerco repressivo, a não ser as ocorridas no início da década de 1980, no ABC, com os metalúrgicos, sob o governo militar, e na ocupação pelas Forças Armadas da CSN. A ditadura civil de Fernando Henrique Cardoso se utilizou de todos os meios para quebrar a vontade de ferro

dos petroleiros, e para sustentar sua política antinacional e antipopular. Entretanto, a direção não tomou nenhuma medida de contra-ofensiva para potencializar a greve e conduzi-la à vitória.

Na refinaria mais radicalizada, como a de Cubatão, a ocupação operária se deveu à pouca presença do controle burocrático da direção majoritária. Essa extraordinária experiência do proletariado brasileiro demonstrou a importância da direção, tanto para enfraquecer a luta, quanto para potencializá-la. O domínio majoritário do reformismo pró-capitalista amordaçou a potente greve petroleira, diante dos ataques violentos e provocadores do governo antipopular. Os fatos mostraram que a linha correta era a de realizar uma ocupação operária generalizada das refinarias, impor o controle operário da produção, e cortar o abastecimento, frente a cada investida governamental. Por outro lado, trabalhar junto às massas pela unidade de todos os explorados em um único movimento contra o Plano do governo.

A quantidade de greves que eclodiu nos meses de abril e maio configurou quase uma greve nacional. O que quer dizer que as condições para a greve geral estiveram dadas.

A democracia pró-imperialista e a ditadura civil

A aliança entre os grandes partidos da burguesia (PSDB, PFL, PMDB, PPR etc.) possibilitou a aprovação no Congresso dos projetos de privatização e quebra de conquistas sociais. No mesmo sentido, se colocam os fundamentos econômico-financeiros do Plano Real, que conduzem à abertura de mercado às metrópoles, abaladas pela crise de superprodução e guerra comercial, às medidas recessivas, à penetração maciça do capital financeiro parasitário, e à prática das altas taxas de juros, que solapam o orçamento da União.

Os indicadores de crescimento da miséria, carestia e retomada das demissões em massa revelam os resultados sociais de tal diretriz. Estão ainda nos cálculos do gover-

no a destruição da aposentadoria por tempo de serviço, quebra da estabilidade do funcionalismo, privatização do ensino e da saúde. Também já se anunciou o fim da chamada indexação salarial, que quer dizer novo confisco pelo não repasse da inflação ocorrida nos 12 meses de Plano Real. Ainda é preciso relatar o trâmite da lei de patente, que confere um enorme controle dos produtos pelas multinacionais.⁽¹⁾

Podemos observar que não há uma só medida de caráter nacional que fortaleça a nação oprimida frente ao sedento imperialismo. Também nenhuma de cunho popular. A manutenção do salário mínimo em 100 reais, que sequer compra a cesta básica alimentar, é mais uma prova do reacionarismo burguês. Vemos que a democracia burguesa está a serviço de tais barbaridades, e que o governo pró-imperialista configura uma ditadura civil contra as massas exploradas.

O não cumprimento do acordo com os petroleiros, a descarada manipulação do TST, as demissões de petroleiros, a ocupação militar das refinarias e ameaça de confiscar os bens dos sindicatos da FUP expressam um governo ditatorial mascarado pela democracia burguesa. Mostram também que o neoliberalismo, para se implantar plenamente, tem de fazê-lo contra as massas em luta. Estas se chocam com o Parlamento vendido, corrompido, e com o governo antinacional.

A democracia parlamentar revela ser uma máscara da ditadura civil. Não se pode colocar a democracia burguesa de um país semicolonial a serviço do imperialismo sem anulá-la, até mesmo na sua formalidade. Os partidos da burguesia e seu governo, ao implantarem planos saqueadores da nação, reforçam a opressão nacional, alastram a barbárie capitalista e estão obrigados a esmagar violentamente os vigorosos movimentos de massa.

A direção reformista, que mistifica a democracia burguesa, termina por trair o movimento operário e se submeter ao imperialismo. Não é por acaso que o PT reformista e

o PCdoB estalinista votaram no primeiro turno a favor da quebra do monopólio do gás, em nome de uma manobra que preservaria o poder de decisão do Estado na abertura de concessões. A esquerda reformista e nacionalista, ao se submeterem às decisões do Parlamento e ao colaborarem com o processo de revisão constitucional, se ajoelham diante do Congresso e do governo pró-imperialistas.

A trajetória do Plano Real

O Plano Real se baseia numa série de medidas artificiais, que de forma alguma asseguram a almejada estabilidade econômico-financeira, tão importante para o equilíbrio político da pseudodemocracia. A supervalorização do Real frente ao dólar não corresponde à base material produtiva do país semicolonial, de economia atrasada. Fundamenta-se na impossível estabilidade das reservas cambiais, na entrada maciça de capital especulativo, na oferta excessiva de dólar no mercado de capitais, nas altas taxas de juros (a maior do mundo) e no arrocho salarial.

A supervalorização do Real estabeleceu novos parâmetros, em relação ao comércio exterior. Abriram-se as comportas para as importações e arrefeceram-se as exportações. Ao mesmo tempo, atendendo ao imperialismo, se reduziram as taxas alfandegárias, o que provocou inicialmente uma invasão de mercadorias provenientes das metrópoles. A eliminação abrupta dos ganhos inflacionários incentivou o consumismo da camada mais alta e abastada da classe média.

Em pouco tempo, tais fatores contraditórios se manifestaram em forma de crise e de ameaça à ilusória estabilidade. Reunindo todos esses elementos, a reserva cambial começou a sofrer uma rápida dilapidação, o que fez o governo agir para estancar a sangria, voltando atrás nas medidas de abertura total do mercado. Por outro lado, os monopólios iniciaram um movimento de pressão altista. O governo fez seu primeiro ajuste desvalorizando o Real, sob intensa pressão dos lobbys exportadores.

Frente ao reanimamento industrial, depois de longo ciclo recessivo, motivado em parte pelo consumismo da classe média e pela redução do confisco inflacionário, o Ministério da Economia estabeleceu uma diretriz de desaquecimento, que evolui para a retomada recessiva. As greves têm sido combatidas a ferro e fogo, uma vez que o Plano Real se sustenta no arrocho salarial, seu principal pilar.

A fusão de medidas tão disparatadas e adversas ao desenvolvimento das forças produtivas abriu um quadro de falências e concordatas na indústria e comércio. Tudo indica que o Brasil seguirá a mesma rota do México, Argentina etc., que se caracteriza pela quebra de parte da economia nacional em função da crise mundial do capitalismo. Já se vislumbra a volta das demissões em massa, numa situação de existência de um bárbaro exército de desempregados. A falência do México revelou as nefastas consequências da atuação do capital financeiro por cima das fronteiras nacionais e do Estado. Na Argentina, a dramática situação da economia e o rápido empobrecimento das massas indicam o mesmo quadro. Enquanto os países semicoloniais regridem, por força dos planos pró-imperialistas, o capital parasitário se protege e potencia a crise mundial.

O governo neoliberal justifica que a estabilização definitiva depende da total privatização das estatais, da extinção dos gastos com os serviços sociais, aumento de impostos e redução dos orçamentos dos estados e municípios, equivalente dizer empobrecê-los. Na realidade, essa linha nada mais traduz senão as exigências do imperialismo, que necessita reconcentrar capitais às custas dos países atrasados (semicoloniais), e recrudescer a exploração do trabalho.

Verificamos que se trata de um cerco das potências para que as semicolônias continuem pagando a monumental dívida externa e interna, consumidora de boa parte do Orçamento da União. Mais do que isso, a crise estrutural que atinge as potências obriga o imperialismo a intensificar o controle das forças produtivas ainda sob o domínio da burguesia semicolonial, e aumentar a taxa de expropriação da

mais valia a ser expatriada.

O choque entre as forças produtivas mundiais superpotentes com as relações de produção monopolistas, que avança mais e mais a concentração multinacional, é o fenômeno objetivo que está por detrás da política econômica do imperialismo, ditada para todo o mundo. Em sua essência, caracteriza-se pelo movimento de expropriação das semicolônias (faz parte dele a restauração capitalista na ex-União Soviética, China, Cuba etc.), crescimento da centralização e concentração de capitais, e destruição cada vez maior de parte das forças produtivas.

É essa política que está sendo aplicada por FHC e pelo Parlamento oligárquico-fantoches. E foi contra essa ofensiva reacionária que a greve dos petroleiros se chocou, sem que a classe operária tenha podido ter consciência de tal dimensão, dado o predomínio do reformismo conciliador e do caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário.

É necessário trabalhar intensamente esse problema estratégico no interior da luta de classes. O Plano Real e a reforma neoliberal potencializarão a desintegração da economia e ampliarão os confrontos revolucionários das massas contra a burguesia entreguista e seu governo de ditadura civil, mascarado pela pseudodemocracia a serviço da burguesia imperialista.

Defender o método grevista e as formas de luta de massa

Não é de estranhar a monumental campanha política e ideológica da burguesia contra a greve nos chamados serviços sociais. O movimento petroleiro mostrou a capacidade revolucionária do proletariado, ao sustentar uma greve combatida por todos os lados, usar a ocupação das refinarias, e enfrentar o cerco policial e militar do governo.

Na situação de crise aguda do capitalismo, em que o governo está fadado a sacrificar a vida das massas em níveis impensáveis, a burguesia treme diante de situações de luta coletiva. Os exploradores têm noção do quanto a

classe operária é poderosa, faltando-lhe apenas se soldar num único movimento, e transformar seus instintos de revolta em consciência revolucionária, o que depende do partido marxista.

As greves são uma grande escola política, ajudam a classe operária a enxergar o lugar essencial que ocupa nas relações de produção. Os capitalistas receiam que o proletariado descubra sua força social na produção e sua capacidade para comandar a economia. Não é por acaso que a ocupação de fábrica, como a ocorrida na refinaria de Cubatão, é combatida veementemente.

A burguesia não pode permitir que a classe operária utilize a greve com controle da produção. A ocupação particularizada de apenas uma unidade fabril, por si só, não lhe traz grandes dores de cabeça. O problema está em que tal experiência abre caminho para as ocupações generalizadas.

Os petroleiros poderão tirar a lição de que o próximo embate deverá ser a da greve com ocupação imediata das 11 refinarias, controle operário da produção e corte de todo abastecimento. Tal luta pode vir a ser acompanhada por outras camadas proletárias, que também não mais suportam tanta arbitrariedade governamental e tanta miséria.

Lula, Vicentinho, Meneguelli, Rui Falcão e os parlamentares do PT se uniram à burguesia no momento mais crucial, para condenar a greve dos petroleiros e, por extensão, a greve na educação, saúde, transporte e a tudo o que se refere aos serviços públicos. Esses serviços da ditadura de classe burguesa sobre a maioria oprimida assumem os argumentos dos escravizadores do povo. Ou seja, assumem a causa do capitalismo contra a ação revolucionária do proletariado.

Responsabilizar os petroleiros pela falta de gás, os professores pela falta de aula aos alunos pobres, acusar a greve da saúde como prejudicial aos assalariados etc. é colocar-se do lado do governo neoliberal. Esse argumento reacionário reflete a orientação eleitoralista do PT, que é

incompatível com o método da ação direta dos explorados. Do poder que sustenta o plano com arrocho, que promove recessão e desemprego, que privatiza o ensino, que corta verbas da saúde e educação para pagar os juros das dívidas interna e externa, que entrega as estatais para os trustes internacionais, que releva a dívida bilionária dos faustos latifundiários, que anistia e acoberta a corrupção, que quebra os bancos estaduais com a politicagem etc. Lula, Vicentinho e seu comparsas reformistas deram as mãos ao Fernando Henrique Cardoso, Covas e à ampla frente burguesa, montada contra os petroleiros.

Tal conduta mostra como a burocracia operária corrompida e os parlamentares do reformismo tremem diante da radicalidade grevista e da abertura de uma situação convulsiva no país. Logo saem batendo na porta da Igreja, historicamente aliada da burguesia, e dos partidos patronais, inclusive do próprio PFL e de lideranças direitistas, como Antônio Carlos Magalhães, Sarney etc., para lhes pedir que intercedam junto à ditadura civil, de forma a não agudizar o conflito proletário. Ao mesmo tempo, mostraram-se passivos e hipocritamente indignados com a ocupação militar das refinarias.

Essa subserviência é a manifestação do conteúdo estratégico da política reformista de defesa do governo chamado democrático, das instituições fantoches do Estado e, em última instância, de sustentação do sistema capitalista apodrecido. Ao contrário disso, a vanguarda proletária e os trabalhadores devem defender o método grevista, e potencializar as formas de ação direta de massa. Esses meios são próprios do proletariado, que os descobriu e os aperfeiçoou, na longa trajetória de luta internacional contra a exploração e a opressão capitalistas.

O atraso do proletariado brasileiro em assumir plenamente tais métodos se deve ao domínio da política pró-burguesa no interior do movimento operário. Tal atraso é responsável pela liberdade da burguesia em massacrar a maioria trabalhadora. A greve dos petroleiros mostrou

a potencialidade geral do proletariado e sua vontade de avançar, ultrapassando em parte o controle burocrático das direções, mas não o suficiente para chegar à vitória. A tarefa é a de desenvolver esse embrião de luta revolucionária em todas as partes.

Desenvolver as reivindicações das massas, constituir a Frente Revolucionária Anti-imperialista e organizar o Partido Operário Revolucionário

A greve dos petroleiros, embora tenha cometido o erro de manter a produção em 30%, chegou ao ponto de quase paralisar a economia. Por sua vez, a ocupação da refinaria de Cubatão indicou a tendência de impor o controle operário da produção. Já nos referimos a que, objetivamente, a greve se contrapôs à estratégia da reforma neoliberal. Dessa forma, essa fração do proletariado colocou concretamente o princípio marxista de que a classe operária está destinada a jogar o papel de direção da maioria oprimida contra a classe capitalista.

Os interesses nacionais do país oprimido pelo imperialismo só podem ser encarnados pela classe que vende sua força de trabalho e ocupa o lugar central nas relações de produção. Trata-se do proletariado fabril. Tais interesses contrapostos à ofensiva imperialista só poderão ser defendidos no processo revolucionário de destruição do capitalismo, ou seja, de tomada do poder do Estado e transformação histórica das bases econômicas.

O amadurecimento das condições políticas e ideológicas para o sepultamento do capitalismo depende da classe operária assumir plenamente as tarefas nacionais de enfrentamento ao imperialismo. O combate às medidas impostas pelas potências à semicolônia e assumidas pela burguesia nacional conduz as massas a se chocarem frontalmente com o Estado burguês. Por isso, as tarefas anti-imperialistas só poderão ser consequentemente desenvolvidas se estiverem submetidas à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Tarefas como a defesa do estatismo, não pagamento da dívida externa, rompimento de todos os acordos secretos e públicos com o imperialismo, expropriação dos monopólios multinacionais e soberania nacional fazem parte do programa de confisco dos latifúndios, entrega das terras aos camponeses pobres e expropriação do grande capital. A defesa da vida das massas contra a exploração, que tem por bandeiras centrais o salário mínimo vital, escala móvel de salário e emprego, moradia, saúde e educação para todos, estão na base do programa que combina tarefas nacionais pendentes com as de caráter socialista.

Nas situações práticas, esse programa vem à tona através de determinadas reivindicações que colocam o proletariado em luta, a exemplo da quebra do acordo com os petroleiros, que imediatamente permitiu estabelecer uma ponte entre o conteúdo econômico do movimento com a tarefa política de combater o plano de privatização. Vimos que a separação entre a luta econômica e a política é um artifício imposto pelos reformistas e traidores do movimento, para evitar a marcha da luta de classe contra o Estado capitalista. Mesmo assim, o próprio governo acusou os petroleiros de pretenderem minar sua diretriz de privatização.

O avanço das medidas neoliberais e o agravamento da crise econômica colocarão mais e mais o proletariado diante da necessidade de encabeçar um movimento anti-imperialista. A tática que ajuda o proletariado e os demais setores dos explorados a se aproximarem e assumirem esse combate é a da Frente Única Anti-imperialista. Trata-se de um instrumento apropriado aos países semicoloniais, em que a classe operária está obrigada a reunir em torno de si amplas camadas de explorados da pequena burguesia urbana e rural. E também para rechaçar a tática reformista das frentes nacionalistas e frentes populares de subordinação da classe operária a uma das frações da burguesia, atingidas pelo entreguismo.

A greve dos petroleiros com ocupação de refinarias e outras manifestações contrárias às privatizações assinalam a

existência de um embrião do movimento anti-imperialista. É necessário desenvolvê-lo através da propaganda, da paciente explicação e do trabalho em torno da constituição de comitês de base, sustentados pelo programa proletário.

Devemos insistir na constatação de que o pequeno desenvolvimento do Partido Operário Revolucionário é um obstáculo para os oprimidos saltarem etapas no seu avanço anti-imperialista e anticapitalista. A resolução da tarefa de constituição do Partido internacionalista no Brasil depende de a vanguarda compreender e trabalhar intensamente no seio das massas o problema estratégico da luta anti-imperialista.

(¹) Todos esses projetos reacionários do Plano Real já foram aprovados e aplicados, trazendo brutais consequências para a economia e a vida das massas.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org

